



REQUERIMENTO PARA:

➤ INFORMAÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERENCIA NA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

(nº _____ SM)

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____,
 contribuinte (pessoa singular ou coletiva) nº _____, residente em (Rua/Avª) _____
 _____ (nº/lote) _____, (andar) _____,
 (localidade) _____, (cód. postal) _____ - _____,
 Freguesia de _____, com o telefone / telemóvel nº _____,
 fax nº _____, e-mail _____ nascido em ____/____/____, portador
 do Bilhete de identidade / Cartão de cidadão / Passaporte nº _____ emitido em _____
 válido até ____/____/____, vem na qualidade de:

☐ Elemento dos Corpos Gerentes ☐ Mandatário ☐ Empresário em nome Individual

☐ Outro (especificar) _____

Designação da Sociedade (caso aplicável) _____ - _____

NIPC (caso aplicável) _____ Código de acesso à constituição da Sociedade (caso aplicável) _____,

vem, na qualidade de: (escolha opção):

☐ proprietário do seguinte prédio ☐ proprietário da fração autónoma

requerer a Vª Exª (número de fotocópias) _____ fotocópia(s) da Escritura, celebrada no Notariado Privativo desta
 Câmara Municipal, em ____ de _____ de 20__ a Folhas nº _____ do Livro de notas
 nº _____ sob o nº _____, destinada a:

Sito em (Rua, Avª) _____

(nº/lote) _____ (andar) _____ (localidade) _____

(cód. postal) _____ - _____, Freguesia de _____

Prédio descrito na ____ª Conservatória do Registo Predial de _____ a ficha nº ____ ou, sob o nº
 _____ livro nº _____ a folhas _____;

(escolha opção):

☐ - Inscrito na matriz predial urbana sob o artigo _____ Freguesia de _____

☐ - Inscrito na matriz predial rústica sob o artigo _____ Secção _____ Freguesia de _____

Pretendendo vender o referido bem pelo valor de _____, € (_____
 _____) vem por este meio solicitar a Vª Exª

se digne informá-lo, se o Município de Sintra é, ou não, titular do direito de preferência na sua alienação ao abrigo
 da legislação vigente.

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Autorizo que as notificações referentes a este pedido sejam efetuadas por Via Eletrónica para o endereço _____@_____

Sintra, _____ de _____ de 20____

Pede Deferimento

O Requerente,

.....

IMP.PS.01.129.04

Conferi os documentos (*assinatura legível*):

Categoria:



RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO

REGº SM _____

ASSUNTO: *REQUERIMENTO PARA INFORMAÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DO
DIREITO DE PREFERENCIA NA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS*

Assinatura do Funcionário: _____

Categoria: _____ Data : ____/____/____

*Gabinete de Apoio ao Município e Auditoria – Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 SINTRA
Tel: 21 923 8550 Fax: 21 923 8551 e-mail: municipe@cm-sintra.pt*

Instruções

Juntar:

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade, ou Passaporte
- ☐ Exibir Cartão de Contribuinte ou Cartão de Cidadão
- ☐ Fotocópia simples da Caderneta Predial atualizada a conferir como original;
- ☐ Fotocópia da Certidão da Conservatória do Registo Predial, atualizada a conferir como original
- ☐ Planta de localização Esc. 1:2000 com o prédio / fração assinalado.

Notas:

- No caso de **copropriedade** o requerimento deverá ser subscrito por todos os coproprietários ou anexar procuração da representatividade do titular.
- No caso de uma **pessoa coletiva** deve ser apresentado pelo requerente documento onde se verifique a legitimidade para assinar;
- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- A planta ou plantas devem ser adquiridas no Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Sintra;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do Artº 10º da Lei 67/98 de 26 de Outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.

Base Legal:

- Decreto 6/2004 de 26 de Março;
- Lei 107/2001 de 8 Setembro;
- Decreto-lei 105/96 de 31 Julho;
- Decreto 862/76 de 22 de Dezembro;
- Decreto 862/76 de 22 de Dezembro;
- Decreto-lei 794/76 de 5 de Novembro;